

24.mai.2012 – 13h45

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

- Entidade:** **Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol**
Joaquim Evangelista (Presidente), José Carlos (Vice-Presidente), Tiago Bastos (jurista) e Filipe Santos e Bruno Teixeira (Departamento de Comunicação).
- Recebido por:** Deputados do Grupo de Trabalho do Desporto: Paulo Cavaleiro (PSD, Coordenador), Pedro Pimpão (PSD) e Laurentino Dias (PS).
- Assunto:** Incumprimento salarial recorrente no futebol, ineficácia do modelo de licenciamento e impactos na competição desportiva.

Exposição: O Presidente do Sindicato fez o enquadramento da matéria, referindo que 80% dos clubes de futebol têm salários em atraso, da 1.^a Divisão e de outras, indicando, entre outros, o União de Leiria, o União da Madeira, o Ovarense, o Setúbal e o Leixões. Salientou que os regulamentos são ineficazes e que a Liga de Futebol devia ter maior ação nesta matéria. Fez ainda notar que só um número reduzido de jogadores tem salários muito elevados, enquanto os restantes são trabalhadores com um salário normal.

Mencionou depois que o objetivo da audiência é a dignidade dos jogadores, a viabilidade do futebol e a alteração dos regulamentos, realçando ainda a necessidade de estabelecimento de um acordo de confiança entre agentes, clubes e Liga de Futebol, declarando que o Sindicato está aberto ao diálogo com os restantes parceiros.

Salientou ainda as seguintes questões:

1. A discussão no Conselho do Desporto do [Decreto-Lei n.º 303/99, de 6 de Agosto](#), que define os parâmetros para o reconhecimento do caráter profissional das competições desportivas;
2. A necessidade de haver mais controlo do cumprimento dos regulamentos e de serem aplicadas sanções aos clubes em caso de incumprimento, nomeadamente com perda de pontos e despromoção;
3. A natureza do órgão de licenciamento, referindo que a Liga se comporta como uma entidade patronal e não como um órgão regulador;
4. A criação de fundos de garantia salarial, referindo que a Liga, a Federação e o Sindicato afetaram 100.000€ cada um e criaram um fundo com 300.000€, do qual foram pagos salários aos jogadores do Estrela da Amadora. Informaram ainda que em Espanha os valores do fundo e a atribuição de valores aos jogadores são muito superiores;
5. A necessidade de justiça laboral célere;
6. A intervenção da UEFA e o *fair play* financeiro, que é aplicado às competições europeias. Nessa linha, referiu que a Liga promove o licenciamento dos clubes e há regras e pressupostos financeiros para inscrição dos mesmos, mas torna-se necessário que haja maior controlo, dado que se verifica que por vezes a documentação apresentada pelos clubes não é fidedigna. Propõem ainda a adoção das regras de licenciamento nas restantes competições, em que não há intervenção/licenciamento pela Liga.

De seguida o deputado Pedro Pimpão (PSD) referiu o estudo feito pela Universidade Católica, a pedido da Liga, sobre a sustentabilidade do setor e o elevado volume de negócios do futebol. Questionou ainda o que entendem que a Liga devia fazer mais, quais as alterações que propõem para o Decreto-Lei n.º 303/99 e que propostas fazem para a criação de um organismo independente para controlo e para a alteração do fundo de garantia salarial.

O deputado Laurentino Dias (PS) salientou que o problema dos atrasos é antigo e que as regras estão definidas e não são cumpridas. Referiu que muitos jogadores têm salários elevados, pelo que a opinião pública não se sensibiliza com o problema. Mencionou que se trata de uma atividade com um elevado valor de negócio e que a situação prejudica a verdade desportiva.

Realçou ainda que há regras de licenciamento dos clubes e que as mesmas não são cumpridas, entendendo que a alteração das regras não resolve o problema se não houver fiscalização. Salientou que o *fair play* estabelecido pela UEFA só é aplicado aos clubes que participam nas provas europeias e não aos restantes. Pronunciou-se no sentido de o Sindicato dever manter a pressão sobre a Liga e a Federação. Propôs ainda que se estabeleça um plano de recuperação dos clubes por um período de médio prazo e que haja maior fiscalização, entendendo que não é necessária a alteração dos regulamentos.

Os representantes do Sindicato referiram o caso do União de Leiria como um mau exemplo nacional e internacional, com impacto público. Propuseram que a Comissão convoque a Liga e a Federação para discutirem o assunto e que lhes peça elementos sobre o mesmo, nomeadamente sobre os clubes, sendo que o Sindicato não tem conseguido que lhes facultem.

Salientaram que pode aceitar-se que as regras que estão estabelecidas são adequadas, mas realçaram que as mesmas não são cumpridas, indicando que os dirigentes desportivos têm de se responsabilizar e de ser responsabilizados pelos seus atos e mencionando que os orçamentos dos clubes são irrealistas e mesmo assim os clubes são licenciados. Referiram ainda que a atividade profissional de futebolista se reveste de grande precariedade. Por último informaram que vão falar com clubes cumpridores para também virem à Comissão.

O deputado Laurentino Dias (PS) referiu que o Governo concede poderes públicos à Federação e à Liga, pelo que pode pressioná-las para cumprirem os regulamentos, tanto mais que recebem apoios do Estado e que faz algum sentido a Comissão ouvir aquelas entidades.

Por último o deputado Paulo Cavaleiro (PSD) referiu que o caso do União de Leiria deu uma má imagem internacional do país e que há necessidade de cumprimento das regras, pelos clubes da 1.ª Divisão e pelos restantes. Informou que a Assembleia da República vai monitorizar a situação e a audição de outras entidades é uma hipótese. Salientou por fim que acredita nas instituições, no movimento associativo e que a situação vai resolver-se.

A gravação áudio da reunião está disponível na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 24 de maio de 2012

A assessora da Comissão
Teresa Fernandes